

As mulheres sergipanas e a revolta tenentista de 1924

Andreza Maynard¹

Resumo: Em julho de 1924 quatro oficiais do Exército promoveram uma revolta em Sergipe. Considerando que os civis reagiram de formas diversas ao fato, esse artigo abordou o envolvimento das mulheres com o levante militar ocorrido no estado. Com base nos preceitos da Nova História Cultural, sobretudo a partir das abordagens de Roger Chartier e do antropólogo Clifford Geertz, foram examinados documentos oficiais como relatórios, boletins regimentais e periódicos que circulavam durante o período investigado. Essas fontes indicam que os rebeldes receberam manifestações de apoio e rejeição. E apesar da construção dos valores morais e religiosos recomendarem que as mulheres devessem voltar toda a atenção para o lar, as sergipanas não permaneceram completamente alheias à revolta. De alguma maneira elas participaram da experiência inusitada que o estado viveu.

Palavras-chave: Mulheres, Tenentismo, Revolta de 13 de Julho, Sergipe.

The Sergipe woman and the tenentista revolt of 1924

Abstract: In July 1924 four Army officers promoted a revolt in Sergipe. Considering that civilians reacted in different ways to the fact, this article addressed the involvement of women with the military uprising that occurred in the state. Based on the precepts of the New Cultural History, especially from the approaches of Roger Chartier and the anthropologist Clifford Geertz, official documents such as reports, regimental bulletins and journals circulating during the period under investigation were examined. These sources indicate that the rebels received expressions of support and rejection. And despite the construction of moral and religious values recommending that women should return all attention to the home, the Sergipans did not remain completely oblivious to the revolt. Somehow they participated in the unusual experience that the state experienced.

Keywords: Women, Tenentismo, Revolt of July 13, Sergipe.

Artigo recebido em 28/12/2018 e aceito em 15/01/2019

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda história foi feita pelos homens.

Simone de Beauvoir

As primeiras duas décadas do século XX foram marcadas por intensas mudanças. Tais transformações estavam relacionadas aos eventos históricos que caracterizaram o final do século XIX, principalmente o imperialismo, e o início do século XX, sobretudo a Primeira Guerra Mundial. No Brasil, a proclamação da república transformou os militares em protagonistas políticos. Descontentes com os rumos que a república brasileira tomava na década de 1920, jovens oficiais lideraram revoltas que pretendiam mais uma vez intervir nos rumos da política nacional. Uma dessas revoltas ocorreu em Sergipe, em 1924. Esse artigo se propõe a investigar o envolvimento das mulheres com esse levante que subverteu a ordem no estado durante quase um mês.

Na década de 1920 o fascismo ascendia na Itália, enquanto no Brasil as oligarquias continuavam realizando práticas que, na visão de grupos dentro do Exército, deturpavam a república, tal qual havia sido instituída no país a partir de 15 de novembro de 1889, por eles mesmos. Insatisfeitos com as práticas empregadas nos processos eleitorais, a exemplo da Política dos Governadores e do Voto de Cabresto, e descontentes com o pouco prestígio recebido pelas Forças Armadas durante o governo dos presidentes civis, militares de baixas patentes, sobretudo tenentes, iniciaram uma série de levantes durante a década de 1920. O movimento ficou conhecido como tenentismo.

A motivação para a primeira revolta tenentista ganhou corpo após a publicação de duas cartas em 1921, cuja autoria foi atribuída a Artur da Silva Bernardes, então presidente do estado de Minas Gerais e candidato a presidente da República. Nas missivas que foram publicadas pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, Bernardes ofendia os militares e chamava Hermes da Fonseca (que era presidente do Clube Militar) de “sargento sem compostura”. Ele foi eleito em março de 1922 e governou o Brasil até 1926.

Decididos a salvar a honra do Exército Brasileiro, inconformados com a prisão do marechal Hermes da Fonseca, acusado de agitador e imbuídos do objetivo de moralizar a república, em 5 de julho de 1922 os tenentes do Forte de Copacabana (na cidade do Rio de Janeiro) iniciaram uma revolta. Diante da resposta do governo, centenas se renderam, mas dezessete militares e um civil saíram às ruas. Na troca de tiros com as forças legais, apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram.

No dia 5 de julho de 1924 explodiu um novo levante tenentista, dessa vez em São Paulo. Os revoltosos, liderados pelo general Isidoro Dias e pelo major Miguel Costa, ocuparam a capital paulista por três semanas. Eles exigiam a deposição de Artur da Silva Bernardes. Prontamente o governo federal mobilizou outras forças, bem como os destacamentos militares nos demais estados para defenderem a ordem. Contudo, diferente do caso isolado da revolta de 1922 no Rio de Janeiro, em 1924, além de conter a revolta em São Paulo, o governo federal também precisou lidar com insurreições militares em Sergipe, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul.

Logo que teve início a rebelião em São Paulo, o presidente do estado de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso, afirmou apoio ao presidente da república, Artur da Silva Bernardes. Havia garantido que a tropa estacionada em Sergipe estava se preparando

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

para embarcar para conter a revolta paulista. Mal sabia Graccho que em Sergipe alguns militares planejavam exatamente o contrário. Alguns tenentes sergipanos desejavam externar apoio aos colegas de farda.

Na madrugada do dia 13 de julho de 1924, Aracaju viveu momentos de sobressalto. Um grupo de oficiais do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC) resolveu aderir à revolta eclodida dia 5 de julho em São Paulo. Por conta disso o capitão Eurípedes Esteves de Lima e os primeiros tenentes Augusto Maynard Gomes, João Soarino de Mello e o segundo tenente Manoel Messias de Mendonça lideraram tropas que tomaram o quartel do Exército (28º BC), o Palácio do Governo (sede administrativa do estado), o quartel de Polícia e as estações dos telégrafos da Companhia Ferroviária *Este Brasileiro*.

A ação rápida e sigilosa dos rebeldes não permitiu que se organizasse qualquer reação. Os oficiais que se opuseram ao levante foram detidos no 28º BC. À medida que chegavam ao quartel foram presos o major Jacintho Dias Ribeiro, comandante da unidade militar, os capitães Augusto Pereira e Misael de Mendonça, primeiros tenentes José de Figueiredo Lobo e João Baptista de Mattos, capitão médico Galdino Martins, primeiro tenente-contador Antenor Cabral e primeiro tenente farmacêutico Heráclito d'Avila Garcez, por não concordaram com a revolta. O presidente do estado, Maurício Graccho Cardoso, foi abordado em sua residência. Os rebeldes o convidaram a aderir ao levante, o que foi imediatamente negado. Por isso, foi deposto e levado ao quartel do Exército no dia 14 de julho. A primeira dama do estado permaneceu em sua residência.

Após a destituição do presidente de Sergipe, os líderes da revolta se constituíram numa Junta Governativa Militar e passaram a administrar o estado. Os sergipanos reagiram de maneiras diversas ao sucesso do levante. Somente no dia 13 de julho, 171 civis se apresentaram voluntariamente ao 28º BC para lutar ao lado dos rebeldes^{II}. Outros preferiram deixar Aracaju com receio de que houvesse novos tiroteios na cidade. E apesar da revolta ter contado com a participação maciça dos homens, o objetivo desse trabalho é analisar em que medida a revolta militar abrangeu as mulheres sergipanas.

Não eram apenas os militares que se ocupavam de revoluções na década de 1920. Nesse mesmo período, o movimento feminista ganhava força e fundava núcleos em diferentes locais. Aracaju, por exemplo, ainda não possuía um. Mas havia o *Clube Feminino*, frequentado por mulheres e vigiado pelos homens. Numa época de tantas transformações, o comportamento moral e social da mulher era assunto de interesse generalizado. A Igreja Católica, o discurso médico sanitário, a legislação e os códigos sociais determinavam o comportamento a ser copiado pelas mulheres que desejassem possuir conduta aprovada diante da sociedade. Hermelino Góis dos Santos^{III} analisou as primeiras décadas do século XX em Sergipe e destacou a efervescência da vida urbanizada. De acordo Santos os festejos e as danças atraíam muitas pessoas, inclusive as mulheres.

Exortados a orientar esposas e filhas, os homens deveriam estar atentos ao “abuso das modas femininas e às danças imorais, que, infelizmente, tão em voga nos salões da chamada elite, vêm concorrendo para essa desastrosa situação moral da sociedade e da família”^{IV}. Nada deveria afastar as mulheres da sua verdadeira vocação: o lar. Cuidando da casa, do marido e dos filhos, a mulher deveria encontrar o verdadeiro prazer. E ainda que Sergipe estivesse passando por um momento de turbulência, nenhum perigo deveria ameaçar a harmonia dos lares.

Havia dois exemplos de mulheres a serem copiadas. Uma delas era Maria, santa, mãe, dessexualizada e purificada; a outra, Eva, a encarnação do pecado. Em qualquer dos casos, as mulheres deveriam ser “submissas, dependentes, porcelanas do homem,

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

incapazes de um pensamento racional e, conseqüentemente, de dirigirem suas próprias vidas”^V. As inovações pretendidas pelo modernismo implicavam no rompimento dessa imagem. No entanto, essa não foi uma tarefa fácil. A Igreja Católica, por exemplo, tecia juízo favorável à dependência feminina.

De acordo com a instituição religiosa, essa dependência era necessária, pois “por mais que sejam as modernas conquistas de mulher, ela constituirá sempre o sexo fraco, que continuamente precisará da prudente proteção do homem”^{VI}. Alertadas sobre os abusos do machismo, as sergipanas não se reuniam apenas para trocar receitas e falar sobre novos cortes de cabelos. Em plena vigência da revolta militar, o *Clube Feminino* compareceu à conferência da jornalista baiana Eulina Thomé de Souza, realizada no salão nobre da biblioteca pública, às 20:30h do dia 17 de julho de 1924. A palestrante foi apresentada à plateia pelo bacharel Clodomir Silva.

Declaradamente feminista, Eulina de Souza expôs o que pensava sobre o papel das mulheres nas sociedades moderna e futura, e tentou provar que, fisicamente, a mulher “pode ser mais do que é e intelectual e moralmente não é inferior ao homem”. Pregou a instrução para as mulheres e a liberdade para usá-la. Argumentando que “com a emancipação da mulher lucrará também o homem”^{VII}, Eulina de Souza empregava meios para convencer os adversários acerca do seu mérito como propagadora de ideias fortes e revolucionárias.

Ao mencionar heroínas brasileiras, Eulina de Souza sugeriu ao *Clube Feminino* “a idéia de se fundar em Aracaju um Centro Feminista”^{VIII}. Informada sobre os últimos acontecimentos na capital sergipana, a palestrante não deixou que o Teatro antes de frisar “a honradez do dr Graccho Cardoso e o heroísmo da revolução”^{IX}. Apesar de sua ousadia na busca por novos direitos para o sexo feminino, a jornalista optou por não lançar farpas sobre as divergências entre revoltosos e legalistas no estado em que estava visitando. Ao invés disso elogiou os homens que se enfrentavam.

Durante muito tempo, a guerra foi um exercício exclusivamente masculino. De acordo a escritora contemporânea norte-americana Susan Sontag, “homens fazem a guerra”^X porque a maioria deles gosta da atividade pela glória que podem alcançar e pela necessidade de lutar. A revolta em Sergipe foi levada à frente por quatro homens, preocupados em mostrar solidariedade aos colegas paulistas, que se batiam contra o presidente Artur da Silva Bernardes. Não há muitos registros de que as mulheres sergipanas tenham se manifestado favoráveis durante a revolta. E dificilmente poderiam fazê-lo. O discurso vigente à época declarava que as mulheres, dada a sua natureza, estavam destinadas ao interior das casas, enquanto os assuntos da rua ficavam a cargo dos homens.

Corroborando com esse pensamento, a revolta militar é associada à figura masculina, dado o destaque que os homens tiveram junto ao movimento. Mas não se pode crer que a população fosse composta apenas por homens, ou que as mulheres se contentassem com o recato inerte que se esperava delas. E se não há maiores detalhes sobre sua participação em momentos como esses, há de se esperar que seja pela escassez de fontes que autorizem a vulgarização de suas experiências. Margareth Rago estudou operários no início do século XX e se deparou com exemplos de mulheres que a fizeram desacreditar do “mito da passividade feminina nas lutas sociais e políticas do início do século”^{XI}. Seguindo esta linha de raciocínio, as sergipanas que presenciaram o levante militar são postas, aqui, sob suspeita. Até o momento não foi encontrado nenhum registro de que mulheres tenham combatido ao lado dos rebeldes ou dos legalistas. Mas de certa forma, a mulher sergipana esteve presente nas trincheiras.

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

Visando garantir a ordem na capital, os prédios públicos foram ocupados pelos rebeldes e o policiamento nas ruas intensificado. Com o propósito de evitar ataques a barra de Aracaju foi minada, o farol apagado, e foram construídas trincheiras, que segundo o historiador sergipano Ibarê Dantas iam do local onde atualmente está sediado o Iate Clube até o Tramandaí, no Bairro 13 de Julho^{XII}. O material para a construção das trincheiras foi adquiridos no comércio local. As trincheiras montadas ao longo da barra tornaram-se uma espécie de atração turística para os aracajuanos.

Muitas pessoas visitavam o local obter informações sobre a revolta, mas também para verem e serem vistas. A população comparecia diariamente às trincheiras. Os mais abastados percorriam as trincheiras, de um lado a outro de automóvel. Na falta de veículo próprio, alguns recorreram aos carros de aluguel. As moças adoravam os passeios e alguns rapazes chegavam a proporcionar passeios em carros de aluguel para impressioná-las.

De acordo com a Junta Militar, tudo deveria funcionar normalmente. As atividades cotidianas do comércio e dos bancos não seriam interrompidos. E, inicialmente, não fosse pelos olhos atentos dos praças do Exército plantados em cada prédio público, quase não se notaria grande diferença no funcionamento das casas comerciais e bancárias. Mas o quadro foi se modificando com o passar do tempo. A cada dia, mais lojas fechavam suas portas. O disse-me-disse das ruas alardeavam que haveria um confronto sangrento entre rebeldes e legalistas nas ruas de Aracaju.

Durante o levante militar de 1924 a população contava com os periódicos para se informar. Mas apenas três jornais continuaram funcionando durante a revolta. O *Diário Oficial* e o *Correio de Aracaju* circulavam diariamente, já *A Cruzada* era editada semanalmente. Por outro lado, o *Sergipe Jornal*, o *Diário da Manhã* e *A Folha*, contrários às ações da Junta Militar, deixaram de funcionar por opção dos seus proprietários. E enquanto *A Cruzada* optou por não mencionar a movimentação dos rebeldes no estado, o *Diário Oficial* e o *Correio de Aracaju* publicavam notícias no sentido de promover uma imagem positiva da revolta em Sergipe. Com essa intenção, o *Correio de Aracaju* informou, no dia 26 de julho, sobre a visita de Mirabel Smith às trincheiras. De acordo com o periódico a visitante ficou encantada com a calma e tranquilidade das trincheiras.

Com essa notícia, o *Correio de Aracaju* pretendia rebater os boatos que alarmavam a população em Aracaju. O jornal fez questão de ressaltar a boa impressão que o vigor dos soldados e a calma de todos os que frequentam o local causaram em Mirabel Smith, isso contrastava “com o infundado terror que reina nos corações de uma parte da população e que os desocupados tratam de agravá-lo com as falsas notícias brotadas dos seus cérebros mesquinhos”^{XIII}. O periódico garantiu que a visitante sentiu vontade de ajudar. E não fosse o fato de ser mulher, poderia se dedicar inteiramente à causa, como não pôde limitou-se a admirar e torcer pelos sergipanos que o faziam.

Os oficiais sergipanos estavam agindo em consonância com os colegas de farda paulistas. No que se refere às mulheres e seu papel na sociedade, militares também apresentavam ideias semelhantes. Um artigo da revista da Escola Militar editado pelos alunos esclarecia o apreço dos homens pelas conquistas das mulheres. E, se por um lado, a luta pelo direito ao voto feminino é justa, por outro, “não é cabível, entretanto, despertar nas mulheres a vontade de entrar, nas atribuições que só aos homens competem”. As consequências dessa atitude seriam terríveis porque, afinal de contas, as mulheres vieram ao mundo para uma missão mais nobre: a de ser mãe. Por isso deveria voltar-se para seu lar. Do contrário, corria o risco de se transformar numa “mulher macho”, perdendo “parte de suas virtudes”. Mas o pior é que seguindo por este

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

caminho, tornar-se-ia “estéril e seca de carinhos, adquire todos os defeitos do homem, com um refinamento das qualidades péssimas”. Assim, os núcleos feministas se constituíam “para combater impiedosamente os pobres homens como se eles fossem culpados da supremacia de que são dotados”^{XIV}.

Em nenhum momento a sergipana vestiu calças e pegou em armas. E apesar de não se envolverem diretamente na revolta, muitas senhoritas da capital se ofereceram para organizar um hospital de sangue. No caso de haver um combate, o artigo podia ser necessário. Apesar da louvável atitude humanitária das moças, esperava-se que não fosse preciso utilizar o sangue. O médico Carlos Menezes já havia organizado um hospital de sangue em São Cristóvão, 25 km distante da capital. Mas a iniciativa das aracajuanas foi bem recebida entre os insurretos. E, se por um lado os rebeldes esperavam receber o apoio de todos, inclusive das mulheres, por outro, não desejava desequilibrar a família sergipana.

Não havia como negar que Aracaju estava passando por dias incertos. O comércio estava praticamente fechado, as pessoas deixavam suas casas e seguiam para o interior buscando segurança. Até mesmo a Catedral havia sido invadida por ladrões, que aproveitavam o clima de instabilidade. Mas isso não foi motivo para impedir a realização de casamentos. Às 17 horas do dia 31 de julho realizou-se o casamento do jovem farmacêutico Tales Menezes, proprietário da *Farmácia Modelo*, em Aracaju, com Zilda Menezes Silveira. O ato civil e o religioso foram realizados na residência da mãe da noiva, a viúva Antonia Menezes Silveira.

O ato civil foi presidido pelo integro magistrado Dr. Alexandre Lobão, servindo de testemunhas os srs. Godofredo Diniz e Edgar Menezes e D. Ester Silveira Fontes e Senhorita Dalva Menezes Silveira. A cerimônia religiosa foi realizada pelo Rev. Cônego Serapião Aguiar, esforçado cura da diocese, servindo de padrinhos os Srs. Dr. João Dantas Martins dos Reis e Coronel Francisco Ferreira Silveira e madrinhas as exmas. Viúvas D. D. Antonia Menezes Silveira e Jesuína Pereira da Silva^{XV}.

E mesmo estando à frente de um movimento que pretendia transformar o País através da moralização política, os rebeldes não estavam interessados em incentivar outras mudanças. O papel da mulher na sociedade, por exemplo, continuava a ser o de protetora do lar. E nunca era demais lembrar as responsabilidades da mulher. Tanto mais naquele momento de instabilidade pelo qual Sergipe estava passando. Eis os preceitos ensinados às senhoras casadas, em forma de catecismo:

O primeiro, não desperdiçar.
O segundo, ter a casa limpa.
O terceiro, manter-se limpa e com bom aspecto.
O quarto, não namorar.
O quinto, deixar a palmatória na mão do marido.
O sexto, lembrar-se que a mãe é a sogra do marido.
O sétimo, resolver os problemas sem opinião dos vizinhos.
O oitavo, não difamar o marido.
O nono, sorrir e rir.
O décimo, deixar usar as calças ao marido.
Estes dez mandamentos encerram-se em dois: Servir e amar o seu marido e preferir seu lar a tudo mais^{XVI}.

Assim como os cristãos estavam comprometidos em obedecer aos dez mandamentos revelados a Moisés, as senhoras de boa família precisavam seguir os dez

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

mandamentos da mulher casada. Estes se resumem na subserviência e amor ao marido e na dedicação ao lar. Pretendia-se reproduzir a imagem da “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” descrita por Margareth Rago.

Após o fim da revolta, dia 2 de Agosto, a Justiça processou todos os envolvidos com o levante. Dentre os acusados de colaborar com os rebeldes, apenas uma mulher foi mencionada: Alyra Mello. Empregada da firma *Cruz Ferraz e Companhia*, ela vendeu, entre os dias 17 e 24 de julho, 220 sacos de algodão a um soldado. O industrial Thales Ferraz confirmou que Alyra Mello era funcionária da firma há muitos anos e tinha autorização para vender os sacos, tanto a dinheiro quanto a prazo. E tanto Alyra Mello quanto Thales Ferraz fizeram questão de afirmar que não sabiam nada sobre o emprego dos sacos na construção das trincheiras.

As mulheres não participaram ativamente da revolta, mas uma intervenção foi cogitada. O comerciante Luiz Freire sugeriu que José de Alencar Cardoso, tesoureiro da Delegacia Fiscal do estado, procurasse Joelina Cardoso, primeira dama do estado, e lhe aconselhasse a escrever um telegrama para a esposa do Presidente Artur Bernardes, pedindo que cessassem as forças legalistas para evitar o derramamento de sangue. Essa atitude poderia garantir a vida dos prisioneiros, inclusive a do próprio marido de Joelina Cardoso. A carta não foi enviada “pois que a senhora do Doutor Graccho Cardoso nada poderia fazer sem ouvir o seu marido que se achava preso incomunicável”^{XVII}.

O envolvimento das mulheres com a revolta militar de 1924 se desenhou dentro das expectativas da sociedade. Os rebeldes não procuraram captar diretamente o auxílio feminino. Os militares desejavam promover uma transformação no país a partir da moralização da política nacional. Isto, na visão deles, era assunto a ser tratado por homens. Quanto às mulheres, deveriam continuar lutando apenas no sentido de promover o bem estar dos lares.

Por outro lado, as sergipanas não aproveitaram o ensejo para promover a emancipação do sexo feminino. À época da revolta nenhuma mulher ocupava cargo de destaque na administração pública. E o posicionamento feminino era acatado, apenas se ecoasse positivamente entre os homens. Dessa maneira, a feminista foi apresentada por um bacharel, figura de destaque na sociedade local; bem como uma possível intervenção da esposa do Presidente da República receberia respaldo através do próprio Artur Bernardes, se fosse o caso. A opinião das mulheres era tão importante quanto os homens permitissem que fossem.

Assim, a revolta de 1924 não foi utilizada como uma oportunidade para lutar pelos direitos femininos. Pelo contrário, continuava-se a cultivar a imagem da mulher recatada e dedicada ao lar. No entanto, o *sexo frágil* foi utilizado para promover o levante militar positivamente. Ao divulgar que as mulheres frequentavam as trincheiras, o *Correio de Aracaju* procurava mostrar que a capital estava segura. Além disso, o periódico definia o papel de homens e mulheres na revolta. E por mais que uma mulher quisesse ajudar diretamente os soldados, ela estava presa aos compromissos do lar, e não poderia fazê-lo. De acordo com o jornal, Mirabel Smith sentiu

desejos de, rompendo os laços que me prendem à família, como outras mulheres que nossa história registra, concorrer para a nossa vitória; mas, sentindo a minha impotência diante dos deveres filiais e sendo a insignificância do meu concurso, quedo-me e deixo-me ficar como espectadora apaixonada dos feitos dos meus conterrâneos^{XVIII}.

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

Os Boletins Regimentais do 28º BC registraram um elevado número de civis que se alistaram para aderir à revolta. Nenhum desses voluntários era do sexo feminino. Há que se considerar que o combate bélico no início do século XX ainda era algo destinado aos homens. Assim, a participação das sergipanas no movimento de 13 de julho, como ficou conhecida a revolta militar, esteve circunscrita ao espaço destinado às mulheres na sociedade de então. As menções às mulheres na documentação encontrada aparecem quando se relata a esposa do presidente do estado, a funcionária da loja de utensílios que vendeu produtos aos rebeldes, ou à moça que ficou admirada em ver as trincheiras construídas pelos insurgentes.

O movimento tenentista questionava a ordem política vigente, mas não propunha uma quebra no modelo que determinava os papéis sociais a serem seguidos por homens e mulheres na década de 1920. A modernização pretendida na política não deveria, portanto, interferir no padrão social do período. À mulher, continuaria cabendo o lugar de esposa, mãe e de dona-de-casa, preferencialmente.

A revolta em Sergipe terminou no dia 3 de agosto de 1924, quando as tropas legalistas ocuparam Aracaju. O retorno à normalidade passava pela liberdade das autoridades e início de uma reestruturação dentro do 28º BC. Os voluntários que se apresentaram durante a revolta e as promoções ocorridas foram revistas. Passado o levante, todos os envolvidos foram presos e julgados. Mesmo comerciantes que haviam fornecido produtos aos rebeldes foram arrolados no processo judicial, como foi o caso de Alyra Mello, funcionária da firma *Cruz Ferraz e Companhia*.

Depois que as atividades foram regularizadas, os recrutas passaram a vir de outros estados, obedecendo a uma determinação do Ministério da Guerra e muitos praças que estavam no 28º BC passaram a integrar o 20º Batalhão de Caçadores (20º BC), em Alagoas. Sergipe permaneceu durante algum tempo sob estado de sítio, cujo executor foi o general Marçal Nonato de Farias, mesmo militar que havia liderado as tropas legalistas no ataque aos rebeldes.

Os líderes da revolta de 13 de julho de 1924 continuavam presos no quartel do 28º BC, esperando julgamento da Justiça Militar. Até que na madrugada de 19 de janeiro de 1926 iniciaram um novo levante no quartel. No confronto com a força policial, os oficiais foram rendidos, tendo Augusto Maynard Gomes sido ferido. O levante foi contido brevemente. O levante foi contido brevemente. Às 10 horas do dia 19 tudo havia sido normalizado. Abriu-se um novo processo para julgar os envolvidos na revolta tenentista de 1926.

No plano geral, os levantes tenentistas da década de 1920 não obtiveram o sucesso esperado pelos rebeldes, mas representaram uma tentativa de modernizar a política brasileira. As práticas de corrupção e fraudes durante as eleições continuaram ocorrendo e mantinham os grupos oligárquicos no poder. A situação começaria a mudar a partir da ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, em 1930. Alguns líderes tenentistas, outrora processados e presos, tornavam-se interventores nos estados. Com a criação da justiça eleitoral, em 1932, as mulheres conquistam o direito ao voto, muito embora a política e a guerra continuassem sendo atividades desempenhadas majoritariamente por homens.

¹ Professora de História do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Professora do quadro permanente do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe. Pós-doutorado em História pela UFRPE, Doutora em História pela UNESP, Mestre em História UFPE,

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

Graduada em História pela UFS. Membro do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq).

E-mail: andrezza@getempo.org

^{II} 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. Boletins Regimentais. Aracaju, 1924.

^{III} SANTOS, Hermelino Góis dos. **O sexo da norma**: processos de defloramento em Aracaju (1901 - 1930). São Cristóvão, 2003, 86 p. Monografia (Licenciatura em História), DHI, CECH, UFS.

^{IV} IDEM.

^V RAGO, MARGARETH. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 ed.

^{VI} CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 21 de julho de 1924, p. 3.

^{VII} CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 18 de julho de 1924, p. 4.

^{VIII} IDEM.

^{IX} IDEM.

^X SONTANG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.p. 9.

^{XI} RAGO, MARGARETH. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 ed.

^{XII} DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe**: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2 ed. Gráfica J. Andrade Ltda. Aracaju. 1999.

^{XIII} CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 26 de julho de 1924, p. 1.

^{XIV} REVISTA MILITAR. Rio de Janeiro, 1924, p. 13.

^{XV} CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 1 de agosto de 1924, p. 4.

^{XVI} CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 31 de julho de 1924, p. 4.

^{XVII} ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO. 1ª v. Criminal – Apelação Criminal. Caixa 2498 (1924). Vol. 11.

^{XVIII} CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 26 de julho de 1924, p. 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CABRAL, Mário. Roteiro de Aracaju. 3 ed. Aracaju: Banese, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARONE, Edgard. **A primeira República (1889-1930)**: texto e contexto. 3 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A história entre certezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe**: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2 ed. Gráfica J. Andrade Ltda. Aracaju. 1999.

LEAL, Victor. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa – Omega, 1976.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dps, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 5005, p. 111 – 153.

AS MULHERES SERGIPANAS E A REVOLTA TENENTISTA DE 1924

ANDREZA MAYNARD

-
- MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A caserna em polvorosa**: a revolta de 1924 em Sergipe. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.
- MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **Educação Militar em Sergipe**: uma história cultural das comemorações no 28º Batalhão de Caçadores (1922-1930). Recife: EDUPE, 2015.
- NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, 1984.
- OLIVA, Terezinha Alves de; ALMEIDA, Maria da Glória Santana de; GONÇALVES, Maria de Andrade; SANTOS, Lenalda Andrade. **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, BANESE, 1991.
- RAGO, MARGARETH. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 ed.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA, Ed. Calderaro, 1985.
- SANTOS, Hermelino Góis dos. **O sexo da norma**: processos de defloramento em Aracaju (1901 - 1930). São Cristóvão, 2003, 86 p. Monografia (Licenciatura em História), DHI, CECH, UFS.
- SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe – FUNDESC, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. V. 3.
- SONTANG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.